

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.412 - SP (2019/0252986-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : ALPHA CLUB EMPREENDIMENTOS SPE LTDA
AGRAVANTE : BRINK HOLDING E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : GABRIEL MINGRONE AZEVEDO SILVA E OUTRO(S) - SP237739
AGRAVADO : M2 MARMORARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO : FÁBIO AUGUSTO EMILIO E OUTRO(S) - SP272073

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. 2. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO DE FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALPHA CLUB EMPREENDIMENTOS SPE LTDA. e BRINK HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA., desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 531):

COMPRA E VENDA. Ação de cobrança. Sentença de procedência do pedido. Apelação das rés. Preliminar de nulidade da r. sentença por ausência de fundamentação afastada. Impugnação da decisão que acolheu a contradita das testemunhas arroladas pelas rés, ouvidas como informantes, afastada. Mérito. Documentos assinados por funcionário da ré que comprovam a entrega das mercadorias. Prova pericial que constatou a instalação do material descrito na ordem de serviço no condomínio.

Testemunhas das rés que afirmaram que a contratação incluiu o apartamento decorado e áreas externas do boulevard. Cobrança devida. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, as agravantes alegaram ofensa aos arts. 112, 421 e 422 do Código Civil; e 373, I, e 489, IV, do CPC/2015.

Sustentaram, em síntese: i) deficiência na fundamentação do acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido; ii) que "a recorrida não fez prova do fato constitutivo do direito alegado" (e-STJ, fl. 556); e iii) ausência de verificação da vontade e real intenção das partes, da boa-fé objetiva e da probidade contratual.

O apelo especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, a tese de violação do art. 489 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão das recorrentes.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15 (ART. 458 DO CPC/73). SEGURO. INDENIZAÇÃO. RISCO NÃO COBERTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE PROVAS E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACÓRDÃO PROFERIDO IN CASU E OS PARADIGMAS COLACIONADOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não há violação do art. 489 do CPC/15 (art. 458 do antigo CPC) quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente. 2. É vedado, em sede de recurso especial, a revisão das premissas firmadas pela Corte de origem, tendo em vista o enunciado da Súmula 7/STJ, assim como a interpretação de cláusula contratual (Súmula 5/STJ). 3. Para a análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, torna-se imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, o que não ocorreu no caso em apreço. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 1.068.255/MG, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 3/8/2017, DJe 9/8/2017)

No tocante à comprovação da contratação a título oneroso e da efetiva prestação dos serviços, consta do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 535-536):

A empresa autora visa à cobrança da quantia de R\$ 59.269,00,

Superior Tribunal de Justiça

relativa ao fornecimento de mármore nas áreas comuns (área externa do boulevard e piscina) e ao apartamento decorado, discriminado no orçamento de fls. 20/23.

Ora, as rés na defesa alegam com veemência que a autora foi contratada apenas para o fornecimento de material para o apartamento decorado. Todavia, referida afirmação está em total descompasso com as provas produzidas.

Ao contrário do alegado pelas apelantes, os documentos de fls. 25/45 comprovam a entrega do material. O funcionário da ré, Adrovânio Guedes da Silva, ouvido como informante, reconheceu sua assinatura nos documentos de fls. 25 a 29, 33 e 36.

Realizada a prova pericial (fls. 220/251), o expert concluiu que "há total correspondência entre o relatório que consta nas chamadas ordens de serviços e o material aplicado nas áreas externas e dependências do boulevard e também do 'stand de vendas' e no 'showroom' que é anexo ao anterior" (fls. 241). Esclareceu, ainda, que "as peças que a autora reclama ter fornecido e assentado nas obras do 'Alpha Club Residencial' correspondem exatamente àquelas que constatamos existirem 'in loco'. Não é confirmado o fornecimento das peças pela Marmoraria Mendes, como suscitado pelas contestantes, sendo seguro consignar, entretanto, que essa referida empresa não as assentou" (fls. 243).

As testemunhas arroladas pelas próprias rés (fls. 344/349), ouvidas como informantes, afirmaram que foi fornecido material para o apartamento e o boulevard. O depoente Adrovânio afirmou, inclusive, que realizou as medições do apartamento decorado e do boulevard e chegou a receber parte do material a ser empregado nessas áreas.

A alegação da ré no sentido de que a empresa Marmoraria Mendes forneceu o material para o boulevard e a piscina cai por terra ao analisarmos o contrato de fls. 108/115, cujo objeto é o fornecimento "pela empresa compradora Marmoraria Mendes LTDA EPP granitos para bancadas de cozinha, lavatórios de banheiros e soleiras conforme orçamento em anexo no valor de R\$ 570.812,40" (fls. 108). O contrato de fls. 116/127 se refere "à mão de obra, instalação, mão francesa dos 480 apartamentos + R\$ 50.000,00 de pesas nas 10 torres, conforme orçamento em anexo" (fls. 116).

Vê-se, portanto, que as provas produzidas pelas rés não trazem verossimilhança às suas próprias alegações, motivo pelo qual era mesmo de rigor a procedência do pedido de cobrança.

Destarte, impende registrar que, a partir dos pressupostos analisados pelo acórdão recorrido, a questão foi resolvida com base nas cláusulas contratuais e nos elementos fáticos que permearam a demanda.

Assim, rever os fundamentos que ensejaram a conclusão alcançada pelo Colegiado local implicaria na análise de cláusulas contratuais e no reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 deste Tribunal.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto aos arts. 112, 421 e 422 do Código Civil, verifica-se que seus conteúdos normativos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso ter sido examinado na decisão atacada.

O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incide, ao caso, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator